



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC nº 08.937/15

RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente da **Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Cabedelo PB**, concedendo Aposentadoria Voluntária com proventos integrais a *Sra Ana Lúcia da Silva*, matrícula 00.297-6, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, que contava, à época do ato, com 9.384 dias de tempo de serviço, e idade de 58 anos. De acordo com o órgão de instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPJTCE.

É o relatório.

Antônio Gomes Vieira Filho

Cons. em exercício - Relator

VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo e conceda-lhe o competente registro.

É o voto !

Antônio Gomes Vieira Filho

Cons. em exercício - Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

1ª CÂMARA

Processo TC nº 08.937/15

Objeto: Aposentadoria

Interessado(a): Ana Lúcia da Silva

Órgão: **Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Cabedelo**

Gestor Responsável: Léa Santana Praxedes

Procurador/Patrono: Não Há

Aposentadoria Voluntária com proventos proporcionais. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

ACÓRDÃO AC1 – TC nº 1867/2018

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do **Processo TC nº 08.937/15** referente à Aposentadoria Voluntária com proventos integrais da *Sra Ana Lúcia da Silva*, matrícula 00.297-6, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório (Portaria nº 73/2015), tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 06 de setembro de 2018.

Assinado 11 de Setembro de 2018 às 10:51



Cons. Fernando Rodrigues Catão

PRESIDENTE

Assinado 10 de Setembro de 2018 às 15:46



Cons. Subst. Antônio Gomes Vieira Filho

RELATOR

Assinado 10 de Setembro de 2018 às 16:02



Sheyla Barreto Braga de Queiroz

MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO